

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº de 2013 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para discutir a proposta de participação de representantes de Estados e Municípios afetados, nas etapas de licenciamento ambiental de grandes obras no país.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, para discutir projeto de Lei 4818/12 que prevê a participação de representantes dos Estados e municípios afetados, nas etapas de licenciamento ambiental de grandes obras, como hidrelétricas.

Justificação

A construção de hidrelétricas e consequentemente de seus reservatórios, causam diversos impactos negativos, tanto sociais, quanto ambientais e econômicos às regiões que as abrigam. No que diz respeito aos impactos ambientais, o principal prejuízo está geralmente associado ao alagamento de importantes áreas florestais, o desaparecimento do habitat de diversos animais e a perda de biodiversidade regional. Muitas vezes, as hidrelétricas são construídas em áreas onde se concentram os últimos remanescentes florestais da região, desmatando e inundando espécies ameaçadas de extinção.

Quanto às questões sociais, os impactos das grandes obras são mais perceptíveis, pois afetam diretamente as populações atingidas pelo alagamento de suas propriedades, casas e áreas produtivas, causando também perdas de laços sociais com a separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais.

De acordo com declarações do procurador Felício Pontes, do Ministério Pùblico Federal (MPF) no Pará, o governo brasileiro prevê a instalação de 153 empreendimentos nos próximos 20 anos, afetando a vida de quase todas as populações tradicionais da região Amazônica. Dentre estes empreendimentos, pelo menos 23 serão hidrelétricas, que se somarão as seis já em construção na região.

Segundo o autor do Projeto, deputado Arnaldo Jordy, uma das formas de se mitigar tais efeitos negativos é assegurando a ampla participação da sociedade local durante o processo de licenciamento ambiental, de modo que todos os envolvidos possam apresentar os aspectos negativos e positivos relacionados ao empreendimento, exigindo todas as salvaguardas necessárias para a atenuação desses efeitos.

Tendo em vista a relevância do tema para a região Norte do País, e a necessidade de verificar quais medidas que estão sendo tomadas e o cabimento de outras providências para o assunto, conto com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar.

Sala das Comissões, de de 2013

Deputado Arnaldo Jordy

PPS/PA